

O Material Pré-Verbal na Sessão Analítica

Ensaio | Esta é uma versão modificada do trabalho apresentado na Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre durante a V Semana do NIA na Brasileira “As experiências arcaicas e suas linguagens”, 10 a 13 de abril de 2013.

Virginia Ungar

Membro da Associação Psicanalítica
de Buenos Aires.

A questão do lugar do pré-verbal – o pré-simbólico no trabalho analítico – presume um acordo de base em relação ao que provém dos aspectos mais precoces da vida emocional de uma pessoa, que não só tem expressão na sessão analítica como também, de alguma forma, tem muita importância na “forma” de uma análise.

O enfoque desse tema pode gerar diferenças de estilo de trabalho, baseados, por sua vez, em diferentes referenciais teóricos, mas há consenso de que esse material, se levado em consideração, pode nos dar um acesso a experiências muito precoces que não podem ser comunicadas através da linguagem verbal.

Cada analista trabalha de uma determinada maneira, conforme o modelo da mente que dá conta, desde a base teórica – teorias implícitas –, de sua clínica. Este determinará, também, consequências na técnica.

Por sua vez, o tema pode ser abordado de diferentes ângulos: qual material tem acesso à linguagem e à formação de símbolos e qual não, o que chamamos de “comunicação” entre paciente e analista, a transmissão em Psicanálise, a clínica dos assim chamados pacientes gravemente perturbados, os múltiplos aspectos da contratransferência, entre outros.

Ainda que a hierarquia do não verbal seja mais ostensiva nos tratamentos de pacientes gravemente perturbados, nos de crianças pequenas ou em todas as patologias que demonstram problemas com a linguagem verbal, a presença e o uso dos elementos não verbais são uma constante em **todas** as análises com pacientes de qualquer idade e com diferentes níveis de patologia. É importante, também, ressaltar o fato de que a comunicação verbal costuma encobrir a sutil evidência de signos do não verbal.

Ainda que no campo da comunicação os elementos não verbais que acompanham o discurso verbal enfatizem, complementem ou até contradigam o significado que a fala tenta transmitir, o não verbal se constitui sempre em um elemento significativo em si mesmo, que não deveria ser deixado de lado, pois costuma evidenciar não o *que o paciente quer dizer*, mas o que, apesar de si mesmo, ele ou ela “dizem” (o conteúdo latente do expresso).

Quando falamos sobre as formas pré-verbais ou pré-simbólicas da linguagem, corremos o risco de considerá-las somente uma etapa a um estágio superior, mais completo, no qual o pré-verbal e o pré-simbólico operam como um complemento que nos faz mais facilmente compreensível o que se quer expressar.

Se nos detivermos um instante para considerar a nomeação *pré-verbal* ou *pré-simbólico*, o prefixo **pré** poderia ser enfocado de um ponto de vista *cronológico* e de outro, *lógico*. Quanto ao primeiro, o pré-verbal seria aquilo que caracteriza o *infans*. É uma palavra grega para nomear as crianças que ainda não haviam aprendido a falar. Então, o pré-verbal seria algo do qual se teria de evoluir até a completude, com o desenvolvimento da linguagem.

Por outro lado, o da sequência *lógica*, a linguagem verbal está presente desde o início. A criança está envolvida, banhada pelas palavras do mundo que habita, do qual também fazem parte os sons, os ruídos, as sequências, as melodias. Responde como pode, no começo da vida, principalmente com seu corpo, mas é evidente que percebe e compreende desde muito antes de ser capaz de falar. Melanie Klein afirma isso explicitamente já em seus primeiros escritos.

Esses dois níveis, um *cronológico* e outro *lógico*, coexistem. O *logos* está inextricavelmente preso à palavra, ao racional, enquanto o não verbal fica mais ligado à emocionalidade mais irracional.

Sem entrar em campos reservados à linguística, prefiro pensar a linguagem como não restrita ao estritamente verbal, mas como tudo aquilo que transmite pensamentos, ideias, sentimentos e emoções em vários níveis que podem ou não ser simultâneos e não necessariamente estarem articulados, ocorrendo em níveis justapostos.

Há dois fatos de minha prática clínica que me convenceram de que o não verbal é algo em si mesmo, crucial para nosso trabalho: minha larga experiência de trabalho com crianças, à qual se soma a prática e o ensino há mais de 15 anos no método Bick de Observação de bebês.

A observação de infantes proposta pela Sra. Bick inscreve-se no contexto teórico kleiniano e pós-kleiniano das relações objetais precoces. A técnica kleiniana baseia-se na exploração da transferência precoce com seu correlato contratransferencial concomitante. Considero que a observação de infantes é um instrumento adequado para ajudar o desenvolvimento da receptividade dessas transferências no trabalho clínico com os pacientes, crianças e adultos.

Na Argentina, Horacio Etchegoyen, baseando-se na concepção kleiniana da transferência – que postula que esta tem origem nos mesmos processos que determinam a relação de objeto nos estágios precoces do desenvolvimento –, apresenta sua ideia de *transferência precoce*. Diz, assim, que o desenvolvimento precoce é expresso na transferência e pode ser reconstruído durante o processo analítico, para agregar que o conflito precoce – correspondente ao período pré-verbal – expressa-se na situação analítica ou através da linguagem pré- e paraverbal.

Para a base teórica na qual se assenta a minha abordagem desse tema, têm também muita importância as contribuições de Bion, que estendeu o conceito kleiniano de identificação projetiva para *identificação projetiva realística* como o meio de comunicação mais primitivo entre o infante humano e seu ambiente (sua mãe). Se a mente da mãe funciona com a capacidade de receber, conter e “digerir” as intensas ansiedades de seu bebê (*função rêverie*), atua como um elemento que promove o vínculo. A *função alfa*, que gera transformações essenciais tanto para o desenvolvimento dos pensamentos, do aparelho para pensar, como para as relações objetais e os vínculos, é, em suma, o que nos torna humanos. Essa teoria, e com ela a de sua falha e a gênese dos elementos beta, ajuda-nos na clínica a diferenciar as mensagens significativas daquelas carentes de significação.

Voltando ao desenvolvimento da linguagem e dos símbolos, a criança começa “brincando com os sons” na boca, tratando-os como o faz com os objetos que coloca na boca e com os quais brinca. Meltzer propõe o balbuciar como “aspecto vocal de uma fase mais geral no desenvolvimento cognitivo”, no qual o espaço físico da cavidade bucal é utilizado como o “teatro da fantasia e do jogo”, como um espaço intermediário entre o jogo no mundo externo e o pensamento interno. Esses processos, o balbuciar e o jogar, têm a ver com as relações emocionais da criança e com suas tentativas de pensar sobre elas.

Nesse “teatro da fantasia”, os sons são manipulados como objetos concretos sem significado fixo; vão adquirindo corpo por justaposição com outros sons e, logo, por meio de processos de identificação, pelos quais vão tomar o significado convencional das palavras que a sua cultura lhe oferece. Essa tendência a usar o

teatro bucal vai perdurar por toda a vida no jogo de palavras, na imitação, nos múltiplos jogos da linguagem (Witgenstein) e nas formas diversas da dicção poética.

É interessante ver a coincidência com a proposta de Ian Tattersall, um antropólogo contemporâneo que propõe que “uma forma inicial de linguagem deve ter sido inventada não pelos adultos, mas pelas crianças” (*The Monkey in the Mirror*, p. 163), e continua dizendo que “não é inverossímil que um precursor rudimentar da língua, tal como é conhecido hoje em dia, tenha surgido inicialmente em um grupo de crianças no contexto do jogo”.

Meltzer nos adverte sobre a possibilidade de os processos de simbolização começarem muito cedo, inclusive na vida intrauterina. Propõe dois níveis para a gênese da linguagem: um seria o mais primitivo, baseando-se em Susanne Langer e sua concepção da base musical da linguagem – ligada ao canto e à dança –, ao que logo se sobrepõe o nível lexical das palavras para denotar tanto objetos como ações e qualidades do mundo externo – dito de outro modo, informação.

O trabalho de supervisão me interessa especialmente, pois o entendo como o lugar privilegiado para aquilo que chamamos *transmissão* em Psicanálise. Muitas vezes, em seus trabalhos, Meltzer referiu-se ao fato de que a Psicanálise é algo que pode ser aprendida, mas, paradoxalmente, não pode ser ensinada.

Ao falar de *transmissão*, descentralizamos a questão do eixo “o que ensina a” e “o que aprende de” para nos localizarmos no espaço compartilhado aluno-docente: eu acrescentaria uma dupla flecha que convida a pensar os termos em uma possível convivência dinâmica. Esse lugar do “entre” constitui-se no terreno mais fértil para o criativo em ambos os membros da dupla.

Esse modo de pensar está muito ligado à ideia de Bion da aprendizagem como resultado de se atravessar uma experiência emocional sobre a qual se pode pensar. E esse processo determinará, eventualmente, uma modificação na personalidade. Partindo da dupla flecha, tanto o que ensina quanto o que aprende serão modificados pela experiência – situação homóloga ao que acontece em um tratamento analítico. No Congresso da IPA no México, participei de um interessantíssimo painel cujo título era “Disrupções na supervisão”. Em uma síntese justa, foi dito que não há supervisão sem disrupções. Mais que isso, as considereei um elemento central, pois alertam sobre algo que não está sendo contido ou processado no enquadramento da tarefa. Geralmente, tem a ver com conteúdos que não puderam aparecer na sessão e encontram lugar no espaço de supervisão.

Ainda que considere que os termos transferência-contratransferência se referem ao tratamento analítico, parece-me que é válida a extensão para o processo de supervisão, no qual transcorrem simultaneamente várias dimensões dos vínculos: paciente-analista, analista-supervisor.

A supervisão, enfim, é um campo privilegiado no qual as *travas* contratransferenciais ligadas ao afeto do material não verbal no campo analítico podem ser reveladas e trabalhadas.

Para finalizar, espero ter conseguido transmitir a minha ideia de que os componentes não verbais da linguagem – prefiro esse termo para denotar o que não se enquadra no discurso verbal – são um elemento presente em toda análise. Também acredito que é preciso desenvolver a capacidade de observação para não deixar fora, por nossas próprias resistências, o inconsciente e a análise dos sinais que nos chegam a partir dos estratos mais primitivos da mente, ativos sempre na vida adulta. As práticas de análise de crianças e a de observação de bebês ajudam-nos, a todos os analistas, a recuperar a capacidade de observar com todos os nossos sentidos. E digo *recuperar* porque penso que o ser humano nasce com essa capacidade e a vai perdendo no processo de acesso à cultura, como um preço que todos pagamos. Estar abertos a tudo o que nos chega por qualquer canal é uma pré-condição da receptividade necessária para se trabalhar em Psicanálise e também para se seguir aprendendo durante a vida.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA

Tradução do espanhol: Ana Rachel Salgado

Virginia Ungar

Rep. de la India 2921, piso 11

1425 Buenos Aires – Argentina

e-mail: virgungar@fibertel.com.ar